

## 1 INTRODUÇÃO

A atual conjuntura política, econômica, cultural e sanitária do nosso país, tem gerado uma série de mudanças que abalam as formas de organização da vida social e das políticas públicas.

O Brasil, como país dependente e subordinado aos interesses do capital internacional, tem conduzido normas e realizado inúmeras reformas que precarizam e enfraquecem direitos historicamente conquistados pelas classes sociais mais marginalizadas, especialmente quando associado ao advento da globalização e à ideologia neoliberal.

Especialmente nos últimos anos, a sociedade sofre as consequências de uma crise de saúde pública por conta da contaminação do novo vírus – SARS-CoV-19 (denominado coronavírus) causando doenças respiratórias agudas e mortes que se alastraram por todo o mundo. A capacidade de transmissão do vírus impôs desafios para a população exigindo reorganização das estruturas existentes nos órgãos públicos e privados.

Os impactos ainda são imensuráveis, mas é certo que os resultados afetam os diversos setores da sociedade, com destaque para o mundo do trabalho e para a educação de crianças, jovens e adultos.

Destacando, nesse estudo, reflexões acerca da Educação Profissional e Técnica (EPT) e preparação para o mercado de trabalho, dois campos fortemente atingidos na atualidade, têm se apresentado como um desafio para muitos estudiosos, pois não há como desassociá-las da compreensão das relações estruturais da sociedade, do processo histórico e da leitura dos movimentos conjunturais brasileiros.

As novas necessidades que o mercado impõe para a formação de uma mão de obra específica e adequadamente qualificada para atender suas novas demandas, influenciam diretamente na tomada de decisões e possibilidades colocadas diante dos jovens que procuram ingressar no mundo do trabalho e concretizar projetos de vida, com todas as expectativas próprias dessa fase.

Temos então como proposta refletir de que forma as mudanças sociais e conjunturais ocorridas nos últimos anos pressionam o mundo do trabalho e à profissionalização como processo educativo, explicitando quais as necessidades que esse mercado impõe para a formação de uma mão de obra específica.

Trata-se de um estudo apoiado na abordagem qualitativa que busca realizar um profundo levantamento bibliográfico para o embasamento científico acerca das

transformações ocorridas nos últimos anos no mundo do trabalho e profissionalização. O processo educativo posto para esses jovens pertencentes às classes mais periféricas gera desafios e contradições, principalmente numa fase pós-pandêmica.

Em termos de tratamento dos dados, utilizamos o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) obedecendo uma trajetória analítico- interpretativa.

O aumento atual de procura por cursos técnicos (Escola Técnica Estadual; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Social do Comércio - SESC) dado a sua menor duração, em detrimento do ingresso em cursos superiores, tem sinalizado um caráter meramente certificatório e uma perda de valor do ensino superior e seu diploma. Atualmente, possuir uma graduação não é garantia de um sucesso no mercado de trabalho. Este fenômeno caracteriza-se por levar uma educação pobre ou nivelada para a juventude pobre. Surgem os questionamentos: qual seria, portanto, a possibilidade de ressignificação desse conceito das escolas técnicas no país? Quais seriam as oportunidades que os jovens poderão alcançar neste nível educacional?

Estamos constantemente em mutação na busca de delineamentos metodológicos que auxiliem em novas conquistas científicas em todas as áreas do conhecimento. Há sempre uma indagação do próprio pesquisador por respostas “às demandas” que surgem no dia a dia frente a si ou em suas reflexões articuladas com as evoluções dos contextos em que nossos objetos de pesquisa estão inseridos. Especificamente, no Direito, na área de conhecimento das Ciências Sociais, há o desejo inicial de diminuir o atraso dessa construção de fatores relacionados aos paradigmas científicos ainda preconizados, como o positivismo e a necessidade de superação dos limites que a própria ciência se coloca.

## **2 A DESPROTEÇÃO SOCIAL DOS JOVENS E O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E AO TRABALHO**

Os estudos sobre tempos brasileiros recessivos anteriores à atual crise pandêmica da Covid-19 já evidenciaram grandes perdas de postos de trabalho formais principalmente quando se reflete sobre a inserção da população jovem ao mundo do trabalho.

Muitas classificações e qualificações foram surgindo, nessa linha de pesquisa, para a identificação de gerações juvenis, num conjunto de consoantes denominando os jovens e os caracterizando pelos comportamentos sociais, pelos níveis de amadurecimento ou não

socioemocionais, pelo consumo e pelo interesse ao acesso à educação e ao mundo do trabalho.

Nos últimos anos, adentrando à década de 2020, fomos sendo envolvidos pela crise de saúde pública em razão da contaminação acelerada do novo vírus SARS-Covid-19 (corona vírus) que foi se alastrando mundialmente e que impôs desafios assustadores à saúde pública brasileira, ao sistema SUS (Sistema Único de Saúde) e ao governo brasileiro no seu combate.

Sousa Santos (2020) ao escrever sobre as lições que esse vírus nos trouxe considera que:

A atual pandemia não é uma situação de crise que claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e esse se foi sujeitando, mais e mais, à lógica do setor financeiro-, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. (SOUSA SANTOS, 2020, Tradução nossa)

Assim, há o entendimento de que gerando uma crise que se torna permanente, não mutante, fica fácil aos governantes justificar os cortes e degradações das políticas públicas e perdas de direitos sociais. Fato concretizado frequentemente no governo presidencial brasileiro no contexto pandêmico 2020-2021.

A atual crise sanitária que o mundo tem enfrentado atingiu os diversos aspectos da vida social e afetou a organização das políticas públicas em todos os países. Conforme o relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), os países menos desenvolvidos são os mais afetados pois terão seu pior desempenho econômico em 30 anos e sofrem com a queda brusca dos níveis de renda, desemprego e déficits fiscais (ONU, 2020).

Os desafios impostos pelo Coronavírus aos problemas sociais já existentes no Brasil só reforçam as desigualdades sociais geradas pelo sistema econômico mundial que, conforme Antunes (2020) desvelam as perversidades do capital que desfavorece os mais vulneráveis da sociedade.

A crise sanitária vem produzindo impactos não apenas nas questões de ordem médica e epidemiológica, mas também sérios problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos, atingindo diversos setores e políticas públicas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e os órgãos governamentais têm indicado a necessidade de ações de prevenção e combate à doença como a contenção da mobilidade da população, o isolamento social e a paralização de atividades consideradas não essenciais.

Esses colapsos sociais, econômicos, políticos, culturais e éticos que vivenciamos a cada dia nos condicionam a enxergar a nossa fragilidade humana e social. Toda essa realidade exposta pelas mídias e redes sociais mostram uma perspectiva de vida desalentadora, sem alternativas

para aqueles que vivem na pobreza e enfrentam a desigualdade e vulnerabilidade social.

Ressurgem-se com mais força, o conservadorismo, o autoritarismo, o colonialismo e outros ismos que impelem movimentos e motivações para todos nós, mas, especialmente, aos jovens sem oportunidades para a sua escolarização e empregabilidade.

As juventudes nem/nem, ou seja, "nem estudam e nem trabalham" frente a esse mundo imprevisível, fruto de sua nova ordem social e econômica, são tomadas por sentimentos de desencontro e de desalento que os impedem de se mobilizar para qualquer combate a essa realidade. A desigualdade social e a vulnerabilidade desses grupos sociais se ampliam sem controle e/ou proteção social pelas políticas públicas.

Outro fator a se considerar, nesses tempos e contextos pós pandêmicos, é a transformação disforme dos mercados de trabalho. Os avanços tecnológicos e informacionais requerem mão de obra qualificada para cargos nunca antes delineados como por exemplo o teletrabalho, automação e muitos outros.

Quanto ao mercado de trabalho, a questão da empregabilidade foi diretamente afetada. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) informa que, atualmente, 14 milhões de pessoas estão desempregadas e mais de 6 milhões subempregadas, pois trabalham menos horas do que gostariam e sem contratos de trabalho formais que não garantem direitos trabalhistas e benefícios previdenciários. Números, que refletem condições difíceis vividas pelos brasileiros à crise pandêmica (IPEA, 2020).

## 2.1 JUVENTUDES E MERCADO DE TRABALHO

Segundo Antunes (2020), as alterações profundas do mercado de trabalho refletem nos estilos de vida da população e nas políticas públicas, principalmente as sociais. Ainda segundo o autor, é possível identificar processos de mudança nas formas de trabalho, pois as exigências do mercado estão voltadas para as tecnologias de maquinários, informação e ferramentas digitais.

O aumento da concorrência no mercado de trabalho é inevitável, sobretudo em razão da diminuição do número de vagas abertas devido à recessão econômica e aumento exponencial do contingente de reserva, ou seja, trabalhadores desempregados e subocupados.

Dentre as novas características do mercado de trabalho está a alta exigência da mão de obra qualificada, especializada, técnica e tecnológica. Tal fato pode prejudicar a concorrência dos trabalhadores mais jovens, principalmente daqueles que, neste período, estão finalizando seus estudos na educação básica.

Torna-se necessário reconhecer que tais medidas geraram a estagnação do crescimento econômico brasileiro, o aumento das dívidas públicas, a instabilidade financeira do país, o crescimento do desemprego, a diminuição ou perda da renda de milhares de famílias que atingiram direta e fortemente nas políticas públicas, em especial, aquelas relacionadas à saúde, educação e assistência social.

Este cenário aumentou as incertezas em relação ao desempenho da economia brasileira em curto prazo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o ano de 2020 registrou a maior queda da economia brasileira em 30 anos, refletida nos índices do PIB (Produto Interno Bruto) que teve queda de 4,1% em relação a 2019. Além disso, o Instituto registrou que a taxa média de desemprego dos brasileiros em 2020 esteve acima de 11,9% em relação aos dois anos anteriores (IBGE, 2020).

Do ponto de vista social, estes números refletem o aumento da pobreza no país (que vinha ganhando alguma retração nas últimas décadas) e aumento do número de grupos vulneráveis social e economicamente, explicitando ainda mais as desigualdades que já eram latentes na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2013).

O setor da educação é um dos mais atingidos por este contexto. Entre as décadas de 60 e 70 o Estado Brasileiro passou por uma série de reformas institucionais que possibilitaram avanços no desenvolvimento econômico e na acelerada urbanização das cidades. A crescente demanda por qualificação de mão de obra para o mercado foi a responsável pelo crescimento e consolidação do Ensino Superior no país, que passou a oferecer cursos de graduação em diversas áreas com objetivo de formar profissionais capacitados e qualificados para as exigências do mercado de trabalho (SALATA, 2018).

A reforma trabalhista brasileira (Lei 13.467/2017) altera os direitos dos trabalhadores como jornada de trabalho, férias, salários, e pode por exemplo influenciar o Projeto do Jovem-Aprendiz que se volta para a proteção do trabalho dos jovens em empresas e para a inclusão social.

A partir de 1990, foram criadas políticas públicas voltadas também à democratização do acesso universitário, como o sistema de cotas e bolsas de estudos, que propiciaram o acesso das populações de classes sociais mais baixas na educação superior (HAAS; LINHARES, 2012).

Verifica-se que a procura pela universidade vinha crescendo exponencialmente nos últimos anos, conforme demonstra o Censo da Educação Superior, divulgado no ano de 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) que comprova a evolução histórica da educação superior, registrando o ingresso de 3,4 milhões de estudantes no ano de

2018, o que corresponde a um crescimento de 6,8% em relação ao de 2017. Concepção esta, que se baseia na compreensão de que educar é um ato político. Portanto pensar a formação humana dentro da sociedade capitalista nos remete à reflexão de quais profissionais e pessoas as universidades pretendem formar (SAVIANI, 2013).

O crescimento da demanda por cursos universitários foi interrompido pela crise provocada pelo Coronavírus que atingiu a população em vários âmbitos, principalmente nas questões econômicas. Em matéria divulgada no mês de outubro de 2020, a Folha de São Paulo registrou que mais de 850 mil alunos deixaram de cursar o ensino superior com redução de 13,2% das matrículas das universidades do país. (PALHARES, 2020).

O levantamento realizado pelo Instituto do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior (SEMESP), apontou que 608 mil alunos desistiram ou trancaram sua matrícula do primeiro semestre do ano de 2020. Além disso, as matrículas dos cursos presenciais caíram 40% no segundo semestre do ano. (SEMESP, 2020).

Os dados explicitam que o cenário atual traz grandes desafios para a juventude, sobretudo aquela que finalizou a educação básica nos últimos anos, para contribuir com o retorno da economia brasileira, com ênfase no avanço tecnológico e informacional e para assumir cargos nunca delineados como por exemplo, o teletrabalho, automação e muitos outros (PRATTA, 2008). Estas exigências refletem no currículo dos jovens que, muitas vezes, não possuem formação para além da educação básica, dificultando ainda mais a conquista de uma vaga de emprego.

Ao mesmo tempo a juventude, principalmente a de periferias sofre com as consequências econômicas e financeiras, pois as taxas de desemprego e de informalidade é maior entre a população negra, de baixa renda (IBGE, 2020).

Segundo a coordenadora da área de Juventudes, Raça e Gênero da Oxfam Brasil (Organização da Sociedade Civil Brasileira), a juventude está muito focada em sobreviver e em conseguir as coisas mais básicas para enfrentar este período de crise, e quando entram no modo sobrevivência, as perspectivas de planos futuros, como ir para a universidade e conquistar um emprego melhor, saem do seu horizonte.

As pesquisas da Oxfam Brasil (2021), registram que a maioria dos jovens entrevistados não conseguem mais projetar suas vidas para daqui a 5 (cinco) anos.

A necessidade da sobrevivência direciona os jovens para a entrada mais rápida no mercado de trabalho, sem qualificação, submetendo-os a atividades informais e subalternas. Sendo assim, as questões econômicas destes jovens que têm urgência de apoiar nas despesas familiares, os afastam da possibilidade de inserção no ensino superior e busca pela qualificação

profissional.

Uma das alternativas que já tem sido apontada por economistas e empresários, é a qualificação em nível técnico, já que existe a urgência dos jovens de entrada no mercado de trabalho. Esta modalidade de ensino promove cursos de menor duração e muitos deles conseguem colocação no mercado de trabalho em até um ano *após* a formação.

Ao mesmo tempo em que se percebe uma retração dos cursos superiores, aponta-se um largo crescimento pela procura de cursos técnicos, como exemplificado pelo SENAI que, no ano de 2020, registrou um aumento de 64% do número de matrículas realizadas em comparação com o ano de 2019, reflexo da procura pela rápida qualificação e rápida entrada no mercado de trabalho (SEMESP, 2020).

A juventude mais vulnerável está à mercê desta condição e realidade social; a desigualdade que já era um elemento presente no panorama da vida de milhões de jovens brasileiros, tem sido ainda mais ampliada pela pandemia.

Aponta-se que os interesses do Estado e do mercado pela juventude estão relacionados com sua capacidade de produção e consumo. Os resultados que o jovem pode trazer ao mercado de trabalho são valiosos aos olhos do grande capital.

Segundo Bauman (2013), o jovem transformou-se em uma fatia do mercado futuro que está interessado em sua força e mão de obra de trabalho, mesmo que sem qualidade de formação. Portanto, para o autor, é fundamental refletir sobre a juventude neste mundo desigual, dividido por classes de consumidores, baseado em uma conjuntura econômica--social-política-ambiental catastrófica.

Enquanto essa realidade vai se conformando numa reestruturação dinâmica, o processo de escolarização e a formação profissional dos jovens, no país, não se movimentam de maneira semelhante. Estes vão sendo abalados e desalentados, perdendo a motivação para a finalização dos seus níveis educacionais além do fundamental com o aumento da evasão do ensino médio, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD (2019). A certificação do ensino superior vai perdendo o seu valor pois a necessidade urgente é a de contribuir financeiramente com o grupo familiar. A sobrevivência torna-se a meta final do estudante de classes sociais pobres.

### **3 A REORGANIZAÇÃO DO MUNDO PÓS-PANDÊMICO: COMO GARANTIR DIREITOS ÀS JUVENTUDES**

Em pleno século XXI, os avanços tecnológicos e a globalização apresentam uma diluição de fronteiras físicas cada vez maior, possibilitando a facilidade e rapidez no fluxo de mercadorias, bens, serviços e informações e, principalmente, capitais. O sucesso da globalização reflete o fortalecimento do capitalismo em todo o mundo, principalmente nos países centrais que por sua posição de poder e soberania nacional impõem regras e ideologias aos países periféricos que, submetidos a estas relações de poder, ficam cada vez mais dependentes das decisões do capital internacional.

Nesse sentido, as transformações econômicas e sociais rompem-se fortemente em cada país em graus diferentes, forçando uma adaptabilidade aos padrões impostos pelo grande capital que muitas vezes se traduzem em alteração das relações de produção, reformas sociais e econômicas, abertura do mercado interno ao mercado internacional, flexibilização de direitos, precarização da mão de obra humana, intervenção mínima do Estado na vida social, cortes de gastos públicos, privatizações e exploração dos recursos naturais.

Eventos que, segundo Antunes e Alves (2004), alteram a dinâmica das relações sociais a partir da reprodução do capital e criam necessidades que moldam a sociedade civil e suas instituições de controle social.

O período denominado de modernidade, cuja consolidação do modo de produção capitalista se deu após a Revolução Industrial 1760-1840, iniciado na Inglaterra, tem como essência o crescimento de forças produtivas que hoje se alteraram de acordo com a necessidade do capital de se expandir em busca de mais lucro (SCHWARTZMAN, 2003).

Essa contradição entre o crescimento econômico e o da pobreza permanece intrínseco e inevitável no modo de produção capitalista, cuja exclusão da população mais marginalizada e concentração de riquezas sob a pequena classe dominante é característica sempre presente.

As exigências de qualificação para a mão de obra alteraram-se historicamente e nunca pararam. Segundo Bauman (2005), com a flexibilidade de trabalho em empresas de tecnologia bem avançada perderam-se valores e sentimentos humanos de solidariedade grupal, lealdade e inclusive, as identidades humanas. No capitalismo globalizado há uma transição do explorado para a total exclusão. Isso tudo caracterizado pelos processos revisionais de direitos sociais e trabalhistas como: democracia, cidadania, pleno emprego, contratos de trabalho etc.



Tonett (2005), ao refletir sobre o pensamento radical e revolucionário de Marx e sua teoria do ser social, aponta para o trabalho como seu fundamento, uma mediação entre o homem e a natureza na qual através dela o homem busca meios para sua sobrevivência.

Nesse processo, ao transformar a natureza também transforma a si próprio sendo sua existência de caráter social. O mesmo autor ressalta que a realidade social seria uma síntese da relação entre a subjetividade e a objetividade e essas categorias encontram-se indissociáveis. Visto isso, o modo de produção capitalista propõe uma igualdade entre todos os sujeitos perante as legislações e coloca o sucesso de todo e qualquer sujeito dependente do seu desempenho individual. (TONETT, 2005).

Os pressupostos teóricos metodológicos de Marx (1985) nos sinalizam caminhos para a análise e interpretação dos fenômenos atuais. Assumindo que vivemos em uma sociedade do capitalismo maduro, identificamos diversos obstáculos que o capital impõe para a formação integral e harmoniosa dos sujeitos. As desigualdades e o aprofundamento das questões sociais associadas ao descaso e despreparo do governo em atender a população mais marginalizada, tornam-se mais evidente em tempos de crise e no momento da pandemia Covid-19, que se estende por mais de dois anos no mundo.

Considerando a ênfase na questão da totalidade social (MARX,1985) diversas e diferentes categorias, não de forma independente, que estabelecem relações entre si, fazem parte dos processos que constituem a realidade social.

No Brasil, a ausência de políticas públicas, bem como, as dificuldades de acesso a elas, forçam as famílias a induzirem os seus filhos jovens ao trabalho:

Segundo Correa, Alves e Maia (2014, p.19),

Trabalhar passa a ser uma experiência comum, natural na vida dos filhos das famílias mais empobrecidas. O problema é que, muitas vezes, essa primeira socialização no trabalho pode se tornar o destino de muitos jovens que não contam com melhores oportunidades de inserção e formação profissional.

Visto as contradições inerentes ao sistema, capital versus trabalho, e a existência de classes sociais historicamente construídas: burguesia e proletariado, uma dominante e opressora enquanto a outra dominada e oprimida e suas relações sociais refletidas na sociedade, surgem perguntas sobre as reais práticas e intenções dos diferentes discursos e instituições presentes na sociedade brasileira, destacando- se nesse artigo, a educação e o mundo de trabalho.

### 3.1 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, determina que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Neste sentido, a educação é considerada como direito fundamental, e dever do Estado, pois tem por objetivo o desenvolvimento pleno da personalidade para o exercício da cidadania, compreendendo o sustento pela qualificação laboral. A Declaração Universal de Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (1948), estabelece em seu art. 26 que toda pessoa tem direito à educação, que deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O texto constitucional, em seu art. 206, inciso IV; e art. 208, inciso I, traz como dever do Estado brasileiro a efetivação desse direito por meio da garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, “assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiverem acesso na idade própria”.

Por outro lado, a educação como mediação entre os homens e com os próprios homens foi utilizada como instrumento para a transmissão não apenas da linguagem como hábitos, morais, pensamentos e valores. Essa característica presente desde a antiguidade da educação como compartilhamento da cultura historicamente formada tem sido utilizada pelo capital para manutenção de sua ordem social como explicita claramente Meszáros (2008) ao demonstrar o objetivo do capital ao se utilizar da educação e outros aparatos institucionais para legitimar seu poder.

Trata-se de uma questão de “internalização “pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas “e as formas de conduta “certa “, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno (MESZÁROS, 2008, p.44).

Essa “internalização” que seria uma das funções da educação a favor e subordinada ao capital é uma parte importante de um sistema global que busca assegurar os parâmetros reprodutivos do sistema vigente, disciplinando valores e dessa forma induzindo a aceitação de acordo com sua posição social

Entretanto, não se pode reduzir o ensino brasileiro ao mero reflexo do universo econômico, embora esse viés seja inevitavelmente percebido no decorrer dos tempos.

Alguns estudos sobre as condições de vida, de escolarização e de trabalho durante a pandemia indicam que com a interrupção das aulas presenciais do sistema educacional para

aulas remotas (Portaria MEC 343, de 17 de março de 2020) trouxeram muitas dificuldades de acesso às mesmas, em razão de não possuírem internet ou acesso precário, tendo o seu processo de ensino-aprendizagem interrompido ou muito comprometido no ano de 2020 (CEPAL, 2020). O mercado de trabalho adentrando a uma crise recessiva e sem recuperação, a médio prazo, expulsou os jovens dos seus postos de trabalho formais e informais, deixando-os sem perspectivas de futuro. Ao mesmo tempo, o governo bolsonarista adotou inicialmente um negacionismo sobre a crise pandêmica e seus rebatimentos econômicos, sociais e políticos, não se movendo rapidamente, para que políticas educacionais e programas de educação básica e profissional aos jovens fossem criadas e/ou desenvolvidas.

Caruso e Posthuma (2020) chamam a atenção para a necessidade de formulação de políticas públicas para esses grupos populacionais (jovens) que não atendem somente ao lado da oferta do mercado de trabalho, mas, que se focalizem à formação e à capacitação do jovem observando-se as suas expectativas, conhecimentos e habilidades com a devida orientação laboral. Esses autores afirmam que:

A análise das legislações brasileiras existentes, no âmbito da proteção ao trabalho de crianças, adolescentes e jovens, como o Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA), a Convenção nº. 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Constituição Federal de 1986, o Código de Leis Trabalhistas (CLT) e o Estatuto da Juventude (EJA, 2013) e outras advindos, por exemplo, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação aprovado em agosto de 2020 com uma nova roupagem, é fundamental para um diagnóstico que retrate quais são as dificuldades de concretização dos seus objetivos, básicos que se voltam à redução de desigualdades e as possibilidades de escolarização e de inserção no mercado de trabalho.

A Educação Profissional e Técnica (EPT) ressurge por abarcar não só o mercado imediatamente, mas a necessidade do jovem brasileiro de entrar cada vez mais cedo no mundo do trabalho, dado o perfil socioeconômico da população brasileira, fazendo das indagações que surgem desse estudo sobre as reais tendências desse sistema educacional e perspectivas que se colocam para o jovem brasileiro.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões até aqui explicitadas demonstram a relevância da temática a ser investigada, pois torna-se fundamental neste contexto olhar para a juventude atual,

principalmente para aqueles mais vulneráveis que sofrem diretamente os resultados das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais em meio à crise sanitária atual.

Há a necessidade do contraponto e enfrentamento aos desafios deste novo mundo gerado pelo atual cenário de crise. Torna-se relevante combater as forças de poder que impulsionam os jovens cada vez mais para a precarização, exclusão e não acesso a seus direitos básicos e elementares.

A aproximação dos jovens à educação profissional e técnica pode ser caracterizada como um retrocesso ou como uma forma de resiliência às dificuldades impostas pelo Covid-19 e pelos seus resultados na pós pandemia.

Constata-se que o Estado brasileiro tem desenvolvido políticas públicas que, contrariamente à inclusão dos jovens mais pobres no sistema educacional brasileiro, adotam princípios completamente opostos aos seus direitos da educação, de proteção social e de trabalho.

Neste sentido, visualiza-se, em presente e futuro próximo, grandes dificuldades na formação dos jovens, e conseqüentemente oportunidades de empregabilidade no mundo do trabalho cada vez mais exigente, em especial no que se refere autonomia, capacitação e senso crítico-valorativo. Os mais pobres, sem acesso à educação ou contato de forma precarizada, constituirão parte significativa da população que, pela deficiência em sua formação, embora jovens, ficarão excluídos do processo tecnológico-industrial e mercadológico brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; Alves, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na Era da mundialização do capita. **Educ. Soc.** Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGpp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ANTUNES, Ricardo. Pandemia e as perversidades da informalidade. **Brasil de Fato Entrevista**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidades-do-capital-contra-trabalhadores>. Acesso em: 06 ago. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Danos colaterais:** desigualdade sociais numa era global. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Editora Zahar, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Diário Oficial, 05 out. 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação superior 2020:** notas estatísticas. Disponível em [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censos\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censos_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf). Acesso em 25 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.** Brasília: Diário Oficial, 14 jul. 2017.

CARUSO, Luiz Antonio Cruz; POSTHUMA, Anne Caroline. Subsídios para a formulação de políticas públicas de Juventude no Brasil. In: **Repositório do conhecimento do IPEA**. 2020. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10415/1/bmt\\_70\\_subdisio.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10415/1/bmt_70_subdisio.pdf). Acesso em: 20 ago. 2021.

COMISSÃO ECONOMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARÍBE - CEPAL. **Os mercados de trabalho da região demorarão a se recuperar do forte impacto da pandemia do Covid-19 em 2020.** Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/os-mercados-trabalho-regiao-demorarao-se-recuperar-forte-impacto-pandemia-covid-19-2020>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CORREA, Licínia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares. Juventude e diversidade étnico-racial. **Cadernos temáticos:** juventude brasileira e ensino médio, Belo Horizonte, n.10, UFMG, 2014.

HASS, Célia Maria; LINARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, v. 93, n. 235, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/bqD9kT8FGbNz5W5CZvMDJWB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. **Ensaios Críticos**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Características étnico-raciais da população:** classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/yx9re6wx>. Acesso em 29 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Painel de indicadores:** PIB, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#variacao-do-pib>. Acesso em: 07 ago. 2021.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MESZÁROS, Istvan. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/a-educacao-para-alem-do-capital-istvan-meszaros.pdf/view>. Acesso em 12 jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 17, n. 3. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria MEC n.º 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm). Acesso em 03 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA (OXFAM). **Pesquisa nós e as desigualdades**. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2021/>. Acesso em 03 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: [https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf). Acesso em 03 maio 2022.

\_\_\_\_\_. **Relatório Social Mundial 2020: desigualdade é ameaça ao progresso social, 2020**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/84954-relatorio-social-mundial-2020-desigualdade-e-ameaca-ao-progresso-social>. Acesso em: 05 ago. 2021.

PALHARES, Isabella. Mais de 850 mil alunos deixam de cursar ensino superior após pandemia: redução representa 13,2 % das matrículas no ensino superior privado no país. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/10/mais-de-850-mil-alunos-deixam-de-cursar-ensino-superior-apos-pandemia.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD), contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados disponíveis em: [https://bit.ly/f335\\_wrnj](https://bit.ly/f335_wrnj). Acesso em 10 ago. 2021.

PRATTA, Márcia Aparecida Bertolucci. **Adolescentes e Jovens em ação: aspectos psíquicos e sociais na educação do adolescente hoje**. São Paulo: Unesp, 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2020. Disponível em: [https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro\\_Boaventura.pdf](https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf). Acesso em: 06 ago. 2021.

SALATA, André. Ensino superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/WJjnYYS6fDhpDgMFVzqBP7L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07

ago. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11<sup>a</sup> ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. [S. l.]: Augurius, 2004.

SEMESP. SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR - **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 11 ed. São Paulo: SEMESP, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.